

# FH anuncia reajustes diferenciados e gratificação especial para os militares

Emenda torna a atividade das Forças Armadas uma carreira especial do Estado

Gustavo Miranda

Ana Paula Macedo  
e Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. Os militares ganharam ontem dois presentes. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou emenda constitucional que torna sua atividade uma carreira especial do Estado. O objetivo é dar tratamento especial ao militar e permitir que ele receba aumentos salariais diferenciados em relação aos civis. Ao mesmo tempo, no almoço de fim de ano com a cúpula das Forças Armadas, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou que, apesar dos problemas financeiros, determinou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, pressa nos estudos para a concessão integral aos militares da Gratificação de Condições Especiais de Trabalho, a G-CET.

O presidente agradeceu a compreensão e o apoio dos militares à política econômica, em especial às medidas adotadas para a estabilização da moeda. Fernando Henrique se comprometeu a dar prioridade aos esforços para modernização dos caça F-5 e aquisição de aviões para o transporte de tropas.

## FH cita 80% de credibilidade dos militares: "É de dar inveja"

No discurso de saudação, o ministro do Exército, Zenildo Lucena, elogiou as diretrizes do Governo. Ele ressaltou que, por causa das restrições, as Forças Armadas vêm racionalizando atividades "até o limite do possível".

Fernando Henrique mencionou o resultado de pesquisas que registram um índice de credibilidade das Forças Armadas junto à população superior a 80%:

— É de dar inveja a qualquer segmento da população, especialmente a nós, políticos.

O presidente ressaltou seu apoio à emenda aprovada ontem na CCJ. Fernando Henrique assegurou aos 150 oficiais-gerais que não faltarão esforços para que a emenda seja aprovada na convocação extraordinária do Congresso. Em razão das dificuldades econômicas, o Governo vem pagando 36% da G-CET.

A emenda aprovada pela CCJ muda o Artigo 37 da Constituição,



O PRESIDENTE FERNANDO Henrique com os ministros militares no almoço de fim de ano: agradecimento pelo apoio

que obriga o Governo a dar aumento igual e na mesma data a civis e militares. Os militares terão suas funções especificadas no capítulo que trata das Forças Armadas e terão regime jurídico próprio. A proposta, que foi enviada ao Congresso pelo Executivo, foi modificada na Câmara para atender ao lobby dos policiais milita-

res e bombeiros, que, diante da pressão, são considerados também militares, com os mesmos direitos.

A emenda que cria o regime constitucional dos militares será analisada pelo plenário do Senado, devendo criar polêmica, já que dividiu as opiniões na CCJ. Mas as regras de aposentadoria

permanecem incertas.

Enquanto estiverem na ativa, os militares terão que respeitar o teto de R\$ 12.720 previsto na reforma administrativa, a ser votada. A emenda aprovada ontem muda o Artigo 142, especificando dez direitos e deveres dos militares, entre eles a proibição de sindicalização ou de fazer greve. ■